

O DECLÍNIO DO IMPÉRIO BRASILEIRO E OS INDÍCIOS DO MOVIMENTO REPUBLICANO

*Rafael Augustus Sêga*¹

RESUMO:

O presente artigo tem por objetivo analisar o quadro político do Império Brasileiro (1822-1889), levando em conta, principalmente, seus fatores de contradições internas para subsidiar a explicação da articulação política de vários grupos em torno do republicanismo, efetivado no dia 15 de novembro de 1889, sob a forma de um golpe militar.

Palavras-chave: Revolução Federalista.

ABSTRACT:

The present article intends to analyze the political panorama of the Brazilian Empire (1822-1889), considering, mainly, its internal contradictory factors in order to ground the political articulation of several groups around the republicanism, which was established on November 15, 1889, as a military coup.

Keywords: Federalist Revolution.

Introdução

A maneira de conhecer a história (processo) como reconstrução de uma experiência vivida no eixo do tempo nos leva a atribuir aos acontecimentos que a distinguem não mais um valor em si mesmos, à maneira de uma outra concepção dita antiga. Na concepção prevalecente entre nós, cada acontecimento é sempre um momento, ponto ímpar e incomparável no tempo, que só revela o seu valor se referido a um movimento mais geral – o processo tecido pela narrativa – que lhe reserva um lugar, assinala uma qualidade e imprime um sentido.²

¹ Licenciado em História e Mestre em História Social pela UFPR. Doutor em História Social pela UFRGS. Professor do CEFET-PR, Unidade Sudoeste. rafasega@bol.com.br.

² MATTOS, Ilmar R. “Do império à república.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n.º 4, 1989, p. 163.

A implantação do regime republicano presidencialista no Brasil é comumente associada a um golpe militar, no qual, na famosíssima expressão do jornalista Aristides Lobo, a população civil testemunhara “*bestializada*, atônita, surpresa, sem saber o que significava”.³

Entretanto, atrás da aparência do fato, a proclamação da República em nosso país foi um *coup de grâce* num sistema econômico e político que já estava em seus estertores, o do Império Brasileiro, levado a efeito por grupos políticos articulados:

A partir da década de 1870, começaram a surgir uma série de sintomas de crise do Segundo Reinado. Dentre eles, o início do movimento republicano e os atritos do governo imperial com o Exército e a Igreja. Além disso, o encaminhamento do problema da escravidão provocou desgastes nas relações entre o Estado e suas bases sociais de apoio. Esses fatores não tiveram um peso igual na queda do regime monárquico, explicável também por um conjunto de razões de fundo onde estão presentes as transformações socio-econômicas que deram origem a novos grupos sociais e à receptividade às idéias de reforma.⁴

O Império Brasileiro foi a única monarquia duradoura do continente americano no século XIX e, se por um lado, a formação do mesmo se deveu às particularidades de seu processo emancipatório, por outro, isso permitiu a manutenção da América portuguesa sob a égide de um só país. Em 1822, as correntes políticas republicanas foram abafadas pelas peculiaridades da independência brasileira, em que em um caso sem paralelos no mundo, o príncipe herdeiro de uma metrópole promoveu a emancipação política de uma colônia; todavia, por trás da histrionice do gesto “às margens plácidas do Ipiranga” estava conjugada uma série de interesses, como o do comércio inglês, da burocracia residual portuguesa e das parcelas ultraconservadoras da aristocracia escravocrata, que forjaram boa parte do caráter do Império.

Desenvolvimento

O processo emancipatório do Brasil foi, em grande parte, um ato eminentemente político-administrativo e sem muita participação popular, no qual o príncipe português D. Pedro (1798-1834) coligou-se com a aristocracia agrária nacional para promover o rompimento colonial da maneira mais conservadora possível.⁵ Era a forma encontrada para fugir, de um lado, da tentativa de recolonização promovida pelas Cortes de Lisboa; e, de outro, pela ameaça de

³ CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, p. 7

⁴ FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da USP-FDE, 1996, p. 217.

⁵ Sobre a independência do Brasil ver: DIAS, Maria Odila. “A interiorização da metrópole”. In: MOTTA, Carlos G. M. (org.) *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972 e OLIVEIRA, Cecília H. S. *A independência e a construção do império*. São Paulo: Atual, 1995.

uma revolução popular, assinalada pelos movimentos de 1798 e de 1817 e pelas manifestações de 1821.

Dos acontecimentos do conturbado período do Primeiro Reinado, posmos em destaque alguns aspectos institucionais, como a outorga da primeira Constituição brasileira em 1824 e que perduraria até 1889, norteando toda a vida política do País durante o período e propiciando, também, a formação dos grupos políticos.

A carta constitucional do Império trazia muitos pontos do projeto original da Assembléia Constituinte dissolvida por D. Pedro, mas seu objetivo maior era o reforço do poder imperial, com a inclusão de um quarto poder, o “Moderador”.

Contudo, a carta professava o liberalismo clássico em relação aos direitos individuais, às atividades econômicas e à propriedade, e eram garantidas as liberdades de imprensa e de opinião.

Desde o início do processo de emancipação, antes mesmo de 1822, começaram a se configurar as duas facções políticas que, no transcorrer do tempo, viriam a formar os principais partidos do período imperial.

De um lado, liderados por José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), estavam os coimbrãos, em geral mais maduros e cosmopolitas, com passagem pela Universidade de Coimbra (daí o nome que os caracterizava) e larga experiência da vida pública no Império luso-brasileiro. De outro, os brasilienses, tendo em Joaquim Gonçalves Ledo (1781-1847) o seu principal porta-voz, mais jovens, chegados à idade adulta sob a influência da Corte na América e dispendo de um horizonte mais circunscrito à realidade do Brasil. Não eram tanto os valores fundamentais ou a cultura política, herdada da Ilustração ibérica por ambos, que os distinguiu, mas sim interesses privados e uma sensibilidade diferente, elaborada em círculos de solidariedade social diversos, talvez mais perto da esfera cortesã, para os experimentados coimbrãos, e mais próximos do ambiente de uma camada média urbana, que se formara na cidade após 1808, para os irrequietos brasilienses.⁶

O autoritarismo de D. Pedro I chocou-se com os interesses das aristocracias rurais brasileiras até sua insustentabilidade política e abdicação em 1831. O período regencial que se seguiu foi igualmente tumultuado e a saída encontrada foi o chamado “Golpe da Maioridade” em 1840, quando D. Pedro II (1825-1891) assumiu o trono brasileiro. Seguiu-se um processo de estabilização do regime com as pacificações da Balaiada em 1841, das Revoltas Liberais de 1842, da Revolta dos Farrapos em 1845 e da última insurreição do regime, a Revolta Praieira de 1848.

Deu-se prosseguimento a uma forte centralização política, garantida

⁶ NEVES, Lúcia M. & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1999, p. 85.

pelo Poder Moderador do soberano, pela reforma do Código de Processo Criminal, pela interpretação do Ato Adicional de 1834 e pela recriação do Conselho de Estado, que havia sido extinto durante o período regencial. O aparelho burocrático tornou-se coeso e o regime escolhido foi a monarquia constitucional parlamentar. Entretanto, o parlamentarismo adotado foi “às avessas”, pois, ao contrário do modelo inglês, aqui era o Imperador quem exercia a intermediação entre os partidos de patronagem “Liberal” e “Conservador”, que se alternavam no poder. Os anseios de um Estado forte por parte da elite imperial constituíam-se, no fundo, numa falácia, pois a despeito da centralização política durante o Império, era impossível que se pudesse governar o Brasil sem a cooperação dos grupos privados regionais com a burocracia patrimonial.⁷

O Partido Liberal constituiu-se a partir de 1836 por antigos partidários de Diogo Feijó contrários à política conservadora de Bernardo Pereira de Vasconcelos que fundou na mesma época o Partido Conservador. Os dois partidos eram compostos majoritariamente por representantes da aristocracia rural e escravocrata, surgidos, de início, como projeções de alianças particulares ou familiares, confirmadas por elites urbanas estamentais que estudavam em Coimbra ou nas faculdades de direito de Recife e São Paulo.

Em termos administrativos, o território que hoje forma as terras paranaenses não constituiu uma unidade própria durante o período colonial. O Paraná passou a aparecer no cenário político nacional como província quando deixou de ser a Quinta Comarca de São Paulo, em 1853. A economia paranaense, nesse período, era principalmente baseada na erva-mate, na extração da madeira e nas atividades agropastoris desenvolvidas nos Campos Gerais. Todavia, o ideal emancipatório era perseguido pelas elites locais desde o início do Império, sendo que, na conjuntura das revoltas Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e Liberais, em São Paulo e Minas Gerais, as autoridades imperiais acharam oportuna a emancipação da comarca. Ricardo Costa de Oliveira sobre isso esclarece,

A classe dominante do Paraná apoiou substancialmente a lealdade imperial. A Comarca separava os revoltosos de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Esse apoio foi observado pelo núcleo de estrategistas do Partido Conservador. O retorno liberal de 1844 atrasou o projeto de emancipação. Com o retorno da situação conservadora em 1848 e vencida a praieira, o projeto se viabiliza. Em pleno gabinete Itaboraí, a lei nº 704 de 29 de agosto de 1853 criava a Província do Paraná. Em 6 de setembro de 1853 tomava posse o Marquês do Paraná com o gabinete da conciliação, sob o signo do qual se instalava a nova província em 19 de dezembro de 1853.⁸

⁷ URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978, p. 37.

⁸ OLIVEIRA, Ricardo C. *O silêncio dos vencedores; genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001, p. XIX.

Em termos nacionais, não obstante, a atuação política dos conservadores do Império era fisiológica, calcada em uma pragmática defesa de seus privilégios sociais, sob a alegação da defesa da ordem constitucional em vigor. Já o Partido Liberal apregoava, em tese, a diminuição do poder pessoal do Imperador e uma maior descentralização política.

Sobre as diferenças dos partidos do Império, Helga Piccolo elucida,

Entre as teses defendidas pelos conservadores estavam: a defesa do Estado – visto como entidade anterior à Nação, que deve por ele ser organizada e que não tem poderes para mudar a forma de governo; a ordem como pressuposto para o desenvolvimento; a continuidade histórica, contra, pois rupturas na ordem social e política. Seriam os conservadores também conhecidos, a partir de 1842, como “saquaremas”. Em contrapartida, à articulação de elementos conservadores/ regressistas, foi organizado o Partido Liberal integrado por monarquistas radicais ou exaltados e por republicanos. O partido criticou a concepção e práticas unitárias do Império; defendeu a construção do Estado pela Nação; pregou a livre iniciativa e foi um intransigente propugnador dos direitos e garantias individuais, especialmente do “sagrado direito de propriedade” o que vai explicar, no processo político brasileiro, as dificuldades que teve para conciliar seus princípios doutrinários com a abolição da escravatura. Seriam os liberais também conhecidos a partir de sua derrota nas revoluções de 1842, como “luzias”.⁹

A estrutura econômica e social do tempo colonial foi mantida, em suas linhas gerais no centro do País (monocultura – trabalho escravo – latifúndio) durante o período imperial a maioria da aristocracia social do Império não conseguiu, pela sua própria consciência possível, enxergar a crise do sistema na segunda metade do século XIX. O regozijo dos membros da elite imperial era o recebimento de títulos nobiliárquicos diretamente de Dom Pedro II.

O melhor título, nessa estrutura burocrática, para influir e decidir será a permanência no poder. O núcleo político adquire maior consistência na vitaliciedade, assentada principalmente no Senado. O título nobiliárquico, também vitalício, despido do cargo, não logrará formar um quadro efetivo de ação, perdido nos bordados sem conteúdo, não raro vistos com desdém.¹⁰

A maneira mais corriqueira para obtenção desses títulos era o conchavo com alguém influente do círculo íntimo do Imperador e, a partir daí, o novo nobre sentia-se em obrigação para com o soberano e passava a transmitir os valores monárquicos em sua base de origem. Talvez as obras mais profundas sobre a elite política imperial tenham sido escritas pelo historiador José Murilo

⁹ PICCOLO, Helga I. L. *Vida política do século 19; da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 46.

¹⁰ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989, p. 392.

de Carvalho em seus trabalhos *A construção da ordem e Teatro de sombras* (reunidas em um só volume), nos quais ele tece considerações bem apropriadas sobre a burocracia,

Uma das principais características da elite política imperial, à semelhança de outras elites de países de capitalismo retardatário ou frustrado, era seu estreito relacionamento com a burocracia estatal. Embora houvesse distinção formal e institucional entre as tarefas judiciárias, executivas e legislativas, elas muitas vezes se confundiam na pessoa dos executantes, e a carreira judiciária se tornava parte integrante do itinerário que levava ao Congresso e aos conselhos de governo.¹¹

A carreira política era confundida com a burocrática (haja vista que pouquíssimos podiam votar e ser votados) e a maior parte da classe dominante (senhores de escravos em sua maioria) almejava a nobreza e a vida na Corte. Dessa forma, a elite cultuava o absenteísmo, os favores, o empreguismo, o ócio e o sustento por meio dos rendimentos obtidos da exploração do latifúndio escravista. Um quadro bem adverso do capitalismo industrial que estava em vigor em outras partes do globo. Mais uma vez recorremos a José Murilo,

O ponto crucial da questão era o relacionamento do Estado imperial com a agricultura de exportação de base escravista. Esse relacionamento caracterizado pelo que chamamos de dialética da ambigüidade, usando uma expressão de Guerreiro Ramos. Independentemente da elite política, o Estado não podia sustentar-se sem a agricultura de exportação, pois era ela que gerava 70% das rendas do governo-geral via impostos de exportação e importação. (...) O Brasil não era uma economia mercantil como a portuguesa que pudesse ser governada pela aliança de um estamento burocrático com comerciantes. Era uma economia de produtores agrícolas com mão-de-obra escrava e de criadores de gado com ou sem escravos. As bases do poder tinham que ser aqui redefinidas.¹²

A Lei de Terras de 1850 foi mais um sustentáculo jurídico da “ordem saquarema”, pois, ao revogar a posse como forma de propriedade, acabava-se impedindo o acesso a unidades agrícolas de outros setores sociais. Essa lei ia contra toda a estrutura fundiária colonial uma vez que o certificado de propriedade passava a ser expedido por um juiz togado, não importando quem estivesse ocupando o terreno. Essa medida gerou uma reviravolta no campo, pois,

Com a nova lei, melhorou bastante a situação dos grandes fazendeiros, que em geral tinham poder suficiente para nomear o magistrado local. Obtendo deste juiz um documento de posse, eles garantiam a propriedade de milhares de

¹¹ CARVALHO, José M. *A construção da ordem; a elite política imperial & Teatro de sombras; a política imperial* (edição reunida). Rio de Janeiro: UFRJ e Relume Dumará, 1996., p. 129.

¹² CARVALHO, José M, Op. Cit., p. 212. Sem grifos no original.

alqueires já ocupados por posseiros ou indígenas. Esta possibilidade deu origem a um expediente: uma pessoa com influência junto a um juiz incentivava a ocupação de terras por posseiros. Estes derrubavam a mata e começavam a plantar roças. Quando as terras estavam abertas – o desmatamento era a fase mais trabalhosa para a obtenção de solo cultivável –, o interessado obtinha um registro de proprietário com o juiz. Em seguida, empregava tropas ou jagunços para expulsar os ocupantes de “suas” terras. (...) O resultado foi um clima de espoliação permanente nas zonas de expansão agrícola e um grande atraso no projeto de trazer imigrantes, tudo em benefício dos grandes proprietários rurais.¹³

A alguns grandes proprietários rurais coube a tarefa de levar a cabo a cultura do café, que viria a se tornar, por mais de um século, o principal produto agrícola de exportação do país.

A combinação da cultura do café e do uso de escravos proporcionou novo alento ao sistema escravista. Como a planta demorava para dar os primeiros frutos – em torno de oito anos –, era necessário um grande capital para se entrar no negócio. Mesmo na economia capitalista, a concorrência com o modo de produção escravista era quase impossível: entre investir em algo que, mesmo dando um retorno menor, não exigia muito capital, e uma custosa aventura de longo prazo, os capitalistas da época sempre preferiam a primeira hipótese. Já os proprietários de escravos, obrigados a investir na compra de cativos antes de começar a produzir, achavam atraente a perspectiva de esperar oito anos. Um senhor que já pagou por seu escravo não tinha grandes gastos para alimentá-lo enquanto amadureciam os cafezais, pois afinal os próprios escravos plantavam a comida. Por esse motivo, o mercado de café tornou-se na prática um monopólio brasileiro: não havia no mundo nação capaz de comprar escravos e investir no produto de longa maturação. E o próprio crescimento do mercado de café incentivava as aplicações em escravos e novas plantações, reforçando os vínculos entre o café e os escravos africanos.¹⁴

A grande lavoura cafeeira nasceu no Rio de Janeiro e depois se expandiu para o vale do rio Paraíba, organizando-se nos mesmos moldes da plantagem (ou *plantation*) do açúcar. Aos grandes proprietários coube o título de “barões do café”, a aristocracia econômica que veio a dominar a política do Império Brasileiro. Na década de quarenta do século XIX, o café já era o primeiro produto agrícola da pauta de exportações brasileiras, tendo encontrado nos Estados Unidos seu principal comprador.

A estrutura de produção montada pelos cafeicultores do vale do Paraíba permaneceu antiquada enquanto, a partir da metade do século XIX, o café atingiu o oeste de São Paulo com um ímpeto empresarial.

¹³ CALDEIRA, Jorge et alii. *CD-ROM Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁴ CALDEIRA, Jorge et alii, Op. Cit.

Já a economia desenvolvida no Paraná no referido período difere em alguns aspectos da desenvolvida no centro do País. A vida econômica dos que viriam a ser chamados “paranaenses” após a emancipação da província em 1853, calcou-se nas atividades atreladas, em um primeiro momento, ao latifúndio pastoril, principalmente nos Campos Gerais, e, mais tarde, nos campos de Guarapuava e Palmas. A atividade criatória desenvolvida nessa região conciliava o gado bovino, voltado para o abastecimento do centro do País, com a internada de muares, destinados à manutenção do caminho das tropas que traziam o charque do Rio Grande do Sul em direção às feiras sorocabanas. Paralelo a isso, desenvolvia-se uma pequena lavoura de subsistência para consumo local.

Em verdade, a região paranaense (e sulina como um todo) constituía-se economicamente no cenário imperial como a “periferia da periferia”; nesse ponto rogamos às considerações de João Luís Fragoso,

As províncias do Sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) constituíam parte daquilo que os cientistas sociais costumavam classificar como “periferia da periferia”. Isto é, se a economia escravista-exportadora brasileira girava em torno do mercado internacional – no qual prevalecia a hegemonia, no século XIX, do modo de produção capitalista –, por sua vez as produções do Sul apareciam como integrantes da periferia daquela economia exportadora. Na verdade, a economia do Sul estava voltada para o mercado interno (fugindo assim, de certo modo, ao modelo exportador brasileiro), abastecendo em particular as áreas escravistas do Sudeste. Constituídas por um mosaico de formas não-capitalistas de produção (escravos, peões e camponeses), as produções do Sul faziam parte do pano de fundo da agroexportação do século XIX. Pois, se é certo que a *plantation* escravista não era autosuficiente e, portanto, se reproduzia no mercado, igualmente é verdade que parte deste mercado era abastecido e constituído por formas não-capitalista de produção, o que dava àquela *plantation* certa resistência e autonomia frente às flutuações de preços do mercado internacional.¹⁵

Por outro lado, outro produto adquiriria destaque na economia paranaense do século XIX, a erva-mate. A historiadora paranaense Cecília Maria Westphalen, em sua obra “Comércio exterior do Brasil meridional”, mostra como o sul do País inseriu-se no Capitalismo ocidental por meio do comércio de produtos não-tropicais (carnes, couros, erva-mate, madeiras, azeites, etc.) com outras nações e, no caso específico do Paraná, a congonha (erva-mate) se transformaria na principal riqueza daquele Estado por mais de um século.

¹⁵ FRAGOSO, João L. “Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora.” In: LINHARES, Maria Y. (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 160-161.

A notícia da existência das ervas paranaenses já alcançara a Corte. Em novembro de 1729, carta régia ordenava ao Governador Rodrigo César de Menezes, a remessa de um caixote de ervas à Corte, bem como a receita para seu correto uso. O Rei, atendendo às recomendações de Pardino, pela Provisão Régia, de 29 de abril de 1722, concedeu aos moradores de Paranaguá, liberdade de comércio. (...) Os ervais eram nativos, cobrindo dilatada extensão do seu território. Estavam por toda parte e sem custar o mínimo esforço aos seus habitantes, podiam colher as folhas, secá-las ao fogo, quebrá-las miudamente e vendê-las aos engenhos que as beneficiavam para a exportação. O mate e apenas o mate, conforme observação dos viajantes que passavam, continuava a ocupar os paranaenses, nas horas de trabalho, na sua produção, como nas horas de lazer, no uso do chimarrão. (...) A erva-mate significava o produto de maior exportação em volume e valor, dirigida para o Prata e para o Chile.¹⁶

Entrementes, havia em território brasileiro, em meados do século retrasado, por volta de um milhão e duzentos mil escravos, em contraste com uma população de aproximadamente três milhões de pessoas livres. O escravo negro era, desde os pródromos da ocupação portuguesa no Brasil, a principal força motriz do país e a agricultura extensiva do café foi, em sua maior parte, subordinada ao trabalho dos braços negros. Os barões do café resistiam ferreamente a qualquer abalo no sistema servil, contudo, desde meados do século XIX o quadro econômico internacional acenava para o trabalho assalariado em detrimento do escravo.

No decorrer do século XIX, o sistema capitalista, que se constituía em nível mundial, transformava-se no sentido de subverter as condições de produção vigentes no mundo que a ele se integrava. Vencida uma fase de acumulação primitiva, a vitória da fábrica moderna, da produção mecanizada e da aplicação da ciência à tecnologia, impunha redefinições em escala internacional. Numa primeira fase, este processo em curso implicara a ruptura do chamado “pacto colonial”, a extinção dos monopólios e a liberdade de comércio, desembocando no processo de independência das colônias latino-americanas. Num segundo momento, a exigência para a expansão capitalista traduziu-se na eliminação do trabalho servil.¹⁷

Diante disso, alguns setores mais progressistas da elite imperial brasileira eram contrários à escravidão. Contudo, eles compartilhavam do receio que os setores mais conservadores tinham da abolição imediata e de que a transição e reorganização do trabalho no país deveria acontecer de maneira gradual.

¹⁶ WESTPHALEN, Cecília. *Comércio exterior do Brasil meridional*. Curitiba: CD, 1999, pp. 93 e 110.

¹⁷ PESAVENTO, Sandra. *O Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991, p. 11.

Em 1831, era promulgada no Brasil a lei que libertava os escravos que aqui chegassem. Todavia, as leis não condiziam com a realidade, e a repressão ao tráfico dava-se “só para inglês ver”.

A *Bill Aberdeen* britânica de 1845 estabelecia a proibição do tráfico negreiro, mas aqui essa medida só fez aumentá-lo, pois os importadores resolveram fazer “reservas” frente a essa ofensiva. Com o intuito de diminuir-se os atritos com os ingleses, o ministro da justiça Eusébio de Queirós, assinou, em 1850, a lei que levaria seu nome e que extingiria o tráfico externo de africanos para o Brasil.

A supressão do tráfico de escravos fez com que o capital proveniente dessa atividade pouco nobre fosse dirigido para outros ramos mercantis; começaram a surgir os bancos de financiamento, as companhias de colonização e imigração e vias férreas.

Com a paralisação das atividades dos traficantes essa vultosa quantia foi repentinamente liberada, passando a ser aplicada em outros setores econômicos (transportes, comércio, indústria, bancos). (...) Enquanto entre 1841 e 1845 foi expedida apenas uma patente industrial, entre 1851 e 1855 esse número subiu para quarenta. Também no meio circulante os efeitos da proibição do tráfico se faziam notar: “O dinheiro abundava e uma subida extraordinária teve lugar nos preços das ações de quase todas as companhias. No decênio 1850-1860 foram fundados nada menos de 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 companhias de navegação a vapor, 23 companhias de seguros, 8 estradas de ferro, além de empresas de mineração, transporte urbano, gás, etc. O Brasil entrava num período de modernização econômica e começavam a aparecer os primeiros empresários burgueses, ligados muito mais à riqueza mobiliária do que propriamente à fundiária. Para isso, contribui bastante o investimento inglês, graças à política imperialista posta em prática.”¹⁸

O abolicionismo foi um movimento político que permeou todo o Segundo Reinado. Entretanto, ele só se fez sentir de uma maneira mais organizada alguns anos após a sanção da lei Eusébio de Queirós, quando parlamentares abraçaram a causa. Diante dos fatos e da pressão internacional, o Imperador começou a estudar a abolição junto ao Conselho de Estado e alguns projetos de lei começaram a tramitar nas casas legislativas do Império.

Tais projetos punham em cheque toda uma complexa rede de sociabilidades, como por exemplo a libertação dos recém-nascidos, indenização aos escravos, fim dos castigos e a alforria. Contudo, a Guerra do Paraguai fez com que algumas dessas atitudes fossem tomadas em razão da necessidade de recrutas para o *front*, obrigando alguns escravos a trocar a enxada pela

¹⁸ MENDES JR., Antonio et alli. *CD-ROM Brasil História*. São Paulo: Digitalmídia, 1995.

espada. A participação dos negros como soldados do Exército Brasileiro fez com que a condição jurídica deles fosse questionada.

Os partidos Liberal e Conservador não tinham propostas anti-escravistas em seus programas e o abolicionismo foi um movimento mantido pela sociedade civil. A causa contou com o apoio de vários advogados e poetas e foram organizadas várias associações e jornais. Em termos legislativos, podemos enumerar as leis “Do Ventre Livre”, de 1871, sobre a liberdade aos filhos de escravos e a “Dos Sexagenários”, de 1885, que libertava os cativos com mais de sessenta anos (ou pelo menos para aqueles que conseguiam chegar a essa idade). Em 1884, a província do Ceará proibiu a escravidão, o que foi seguido pela província do Amazonas. Vale destacar o papel desempenhado pelos militares, que em 1887 invocaram às autoridades imperiais o direito de se recusarem a prestar o papel de perseguidores de escravos foragidos.

Podemos, enfim, ver que a abolição foi um movimento político que passou à margem dos poderes constituídos e da vontade dos poderosos senhores de escravos. Levando em conta o ponto de vista meramente legal, a abolição foi sancionada pela lei 3.353 (a “Lei Áurea”), de 13 de maio de 1888, pela princesa Isabel, que estava na posição de regente do Império e outorgou liberdade imediata a todos os escravos do País, sem que, no entanto, fosse criado nenhum projeto de indenização nem aos libertos, nem aos antigos proprietários e nenhum programa de integração dos ex-escravos à sociedade capitalista foi levado a efeito.

Em relação ao regime escravocrata no Paraná, podemos dizer que foi organizado nos mesmos moldes do restante do Império, mas com algumas peculiaridades.

No Paraná, o sistema do trabalho escravo foi também empregado, mas não chegou a ser exclusivo, devido ao tipo de economia que aqui se desenvolveu, uma vez que o regime escravocrata instalou-se no Paraná com o início da mineração de ouro no litoral. Os elementos lusos, para cá atraídos por tal atividade, não chegavam a ganhar o avultado capital necessário para a compra de grande número de escravos africanos, de modo que, no século XVII, o trabalho escravo existente no Paraná baseava-se sobretudo no índio. (...) De qualquer forma, porém, a escravatura não foi, no Paraná, a única fonte de trabalho, porque, paralelamente aos escravos, eram inúmeros os homens livres que trabalhavam, não como empregados, mas como membros de famílias numerosas ou pequenos posseiros. (...) No século XVIII, à proporção que decaía a mineração, o elemento escravo era transferido de preferência para a agricultura e a pecuária do planalto. Os grandes criadores de gado possuíam inúmeros escravos, de forma que estes eram também a base da mão-de-obra no desenvolvimento da pecuária, nos chamados Campos Gerais.¹⁹

¹⁹ WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba, Vicentina: 1988, pp. 132-135.

Com o intuito de suprir a carência de mão-de-obra decorrente da decadência do sistema escravista, nosso país recebeu uma forte leva de imigrantes na segunda metade do século XIX, que se concentraram principalmente em São Paulo, cuja administração subscrevia as passagens e albergava os imigrantes recém-chegados para mais tarde encaminhá-los a um fazendeiro.

Contudo, o Governo Imperial adotou uma política diferente, a criação de colônias, que obtiveram melhores resultados na parte meridional do País, onde as condições climáticas eram mais parecidas com as européias. A maior leva de imigrantes foi constituída de italianos que, a partir de 1880, chegavam em um montante médio de cinquenta mil ao ano e passaram a se concentrar principalmente em São Paulo e nos três Estados do sul do Brasil. Os portugueses vieram em menor contingente e acabaram se instalando na capital imperial. Afora esses dois grupos, também desembarcaram em terras brasileiras espanhóis, alemães, sírios, libaneses, judeus e japoneses. Apesar do intento agrícola das autoridades brasileiras, muitos dos imigrantes acabaram rumando para as cidades a fim de exercer os ofícios que desempenhavam em suas pátrias de origem, causando um crescimento populacional vertiginoso nas principais cidades brasileiras na virada do século XIX.

O crescimento da corrente imigratória se deve à ação conjunta de particulares direta ou indiretamente ligados à lavoura cafeeira e dos Governos Provincial e Imperial, que por meio de propaganda, auxílios financeiros e outros meios procuraram imigrantes que impedissem a crise na lavoura por falta de mão-de-obra. Quanto mais progressos fazia a campanha abolicionista, tanto mais o Governo Imperial e principalmente o Provincial agiam para suprir de mão-de-obra as lavouras cafeeiras, pois ficou patente que o número de imigrantes chegados era inferior às necessidades.²⁰

Se, por um lado, São Paulo absorveu mais da metade dos contingentes estrangeiros, por outro, a imigração européia para o Paraná foi de um vulto imenso para a configuração social daquele Estado. Para termos uma idéia da importância do fluxo migratório em terras paranaense, lá chegaram, no período entre 1829 e 1934, por volta de cem mil estrangeiros, na sua grande maioria eslavos. Sobre isso é patente a posição da historiadora paranaense Altiva Pilatti Balhana,

O Governo Provincial paranaense, orientado pelas novas formulações da política imigratória brasileira, que passou a objetivar o fornecimento de mão-de-obra para a agricultura, com vistas à substituição do trabalho escravo, elaborou e colocou em prática um plano de colonização destinado a criar, no Paraná, uma agricultura de abastecimento, atendendo às condições peculiares

²⁰ PETRONE, Teresa S. “Imigração assalariada.” In: HOLANDA, Sérgio B. (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, 3º vol., 1985, p. 278.

da Província que, à época, não se dedicava às grandes lavouras de exportação. (...) Todavia, as comunidades de imigrantes, de modo geral, mantiveram por largo tempo uma economia de subsistência e não contribuíram prontamente, como se esperava, para alterar os hábitos e costumes da sociedade tradicional, adaptando-se, pelo contrário, aos mesmos.²¹

Em termos políticos nacionais, os últimos vinte anos de existência do Império Brasileiro assinalaram o ocaso político do sistema instaurado por D. Pedro I, em 1822, e que conhecera seu esplendor nas décadas de cinquenta e sessenta do século XIX.²²

Do meio de vários acontecimentos que explicitam esse quadro de decadência política, três deles merecem relevo, as chamadas “questões” militar, religiosa e abolicionista, pois suas ações catalisaram os descontentamentos contra o regime e canalizaram as manifestações para sua superação. É importante ressaltar que tais “questões” só adquiriram essas dimensões em razão do momento histórico dado.

Se o Império não estivesse já em fase de declínio, se as estruturas que o marcavam não estivessem já carcomidas, enfim se a monarquia não estivesse politicamente condenada, tais “questões” não teriam passado de assuntos meramente episódicos, retratados apenas em monografias específicas. Nas circunstâncias, no entanto, representaram o rompimento definitivo do Estado brasileiro com dois setores sociais muito importantes e, por isso mesmo, tanto mais significativos enquanto bases de apoio do sistema monárquico: a Igreja e o Exército.²³

Até o Guerra do Paraguai, a maior agremiação de gendarmaria do País era a Guarda Nacional; todavia, o conflito paraguaio assinalou uma mudança de atitude do Exército Brasileiro frente à sociedade brasileira, a luta fez com que os militares dessa arma organizassem a corporação, crescendo efetivos e aprimorando equipagens, além de criar um *esprit de corps* em torno dos ideais republicanos e abolicionistas.

A proximidade dos militares brasileiros com seus pares platinos durante a guerra provocou o surgimento de questionamentos sobre a legitimidade do regime monárquico brasileiro, uma vez que os outros dois países da “Tríplice Aliança”, Argentina e Uruguai, eram repúblicas presidencialistas. E mais, o grosso da tropa era formada por escravos arregimentados, fazendo com que os oficiais simpatizassem com as reivindicações de liberdade da soldadesca. Vale lembrar que, na década de setenta do século XIX, Brasil e Cuba eram os únicos países escravocratas do continente.

²¹ BALHANA, Altiva P. “Imigração no Paraná”. In: SOARES, Luis R. N. *Dicionário histórico-biográfico do estado do Paraná*. Curitiba: Chain/Banestado, 1991, pp. 207-208.

²² In: MATTOS, Ilmar R. Op. Cit., p. 164.

²³ MENDES JR., Antonio et alii, Op. Cit.

A abolição, idéia vigorosa mesmo antes da Guerra do Paraguai, tomou-se claramente mais forte, na medida em que os oficiais entravam em repetidos contatos com ex-escravos. Dado que a maioria dos homens alistados nas fileiras compunha-se de antigos cativos ou de homens livres de cor, a sociedade brasileira tendia a considerar os oficiais como pouco mais do que feitores. Talvez a sensação de o baixo *status* de seus soldados diminuía sua própria posição social e contribuísse para o abolicionismo dos oficiais, mas indubitavelmente eram eles inspirados, também, por simpatias humanas em relação aos seus soldados e pelo desejo de ver o Brasil livre.²⁴

Com o fim da cruenta guerra, os oficiais voltaram aos seus postos com o ímpeto de se fazerem valer no cenário político nacional, nem que essa postura acarretasse um posicionamento avesso ao Império ao criticar abertamente a escravidão. Em linhas bem gerais, as chamadas “questões” militar e religiosa trataram da repressão por parte do Império a oficiais contestadores do regime e a bispos que perseguiram a sujeição ao *ultramontanismo* de Roma. Tais “questões” são de conhecimento tão notório de todos que não cabe aqui pormenorizá-las.

Ao contrário do Rio Grande do Sul, a presença de guarnições do Exército no Paraná e a influência dos militares na política local não foram grandes. Se compararmos a situação militar dos dois Estados veremos que, enquanto o Rio Grande do Sul possuía na segunda metade do século XIX oito batalhões de infantaria (Rio Grande (2), São Gabriel, Uruguaiana, Porto Alegre (2), Alegrete e Pelotas), cinco regimentos de cavalaria (Jaguarão (2), São Borja, Livramento, Bagé), dois regimentos de artilharia de campanha (São Gabriel e Bagé), um batalhão de artilharia a pé (Rio Grande) e um batalhão de engenharia (Cachoeira) e um corpo de transporte (Porto Alegre), o Paraná, devido a outra posição geopolítica, possuía em sua capital um batalhão de infantaria, um regimento de cavalaria e um regimento de cavalaria de campanha.²⁵

Seguindo a mesma tendência, a situação da Igreja no Paraná era igualmente de pouca relevância.

Pela Bula pontifícia *Ad Universas Orbi Ecclesias*, entre outras dioceses brasileiras, foi criada a 27 de abril de 1892 a Diocese de Curitiba, abrangendo os estados do Paraná e de Santa Catarina. Nessa conjuntura, final do século XIX, a situação geral da Igreja no Paraná era crítica, como ressonância do longo tempo de união entre a Igreja e o Estado, sua ruptura com a implantação da república, a escassez de sacerdotes, a ausência total de clérigos católicos, a

²⁴ SCHULZ, John. “O Exército e o Império.” In: HOLANDA, Sérgio B. (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, 4º vol., 1985, p. 254.

²⁵ VERNALHA, Milton M. *Maragatos x Pica-Paus*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1984, pp. 60-61.

ignorância religiosa da maioria, e, sobretudo, pelo avançar das novas idéias do liberalismo ateu e do anticlericalismo.²⁶

Entrementes, se a imagem do Império ficou arranhada por tais “questões”, os acontecimentos envolvendo o Gabinete Imperial e os partidos foram tão ou mais desgastantes.

Os partidos oficiais atuavam como “amortecedores” dos conflitos sociais nos fóruns legislativos, e esses conflitos eram oriundos de todas as camadas, inclusive a dominante, e é justamente quando alguns setores dessas camadas dominantes não viram mais legitimidade nos partidos tradicionais que o republicanismo começa se firmar como uma plataforma política. Isso aconteceu nos dois últimos decênios do Império Brasileiro.

O ano de 1868 é considerado por muitos como o grande marco da ruptura na estrutura político-partidária imperial.

Sempre que podiam, os liberais e Caxias se fustigavam surdamente. Ao assumir o comando (da Guerra do Paraguai), Caxias não criou nenhum problema, até porque os adversários não queriam fazer nada que prejudicasse a guerra. Porém, assim que sentiu ter superioridade militar sobre o inimigo, Caxias resolveu atacar no flanco político antes de desencadear a ofensiva contra Humaitá. No início de 1868 enviou um ultimato ao imperador: ou se demitia do comando das tropas ou o imperador demitia o chefe do gabinete, Zacarias de Góes. (...) Depois de idas e vindas, Caxias saiu vitorioso. Em maio de 1868, um mês antes da tomada de Humaitá, Zacarias de Góes foi obrigado a pedir demissão. Para seu lugar foi nomeado o visconde de Itaboraí, grande arquiteto da política conservadora da década de 1850. Mas o verdadeiro comandante do país, todos sabiam, passava a ser o chefe militar.²⁷

O episódio político narrado acima consumaria o descontentamento de alguns setores do Partido Liberal com a política imperial. A queda do gabinete de Zacarias Góes de Vasconcelos (coincidentemente, o primeiro presidente da Província do Paraná) fez com que o grupo auto-intitulado “radical” se distanciasse dos “moderados”, pois os primeiros passaram para a implacável denúncia das mazelas políticas do Império e a absoluta rejeição ao gabinete conservador de Itaboraí. Os políticos liberais mais experientes procuraram conciliar-se com as novas tendências do partido; com esse escopo, o Conselheiro Nabuco de Araújo redigiu, em março de 1869, o “Manifesto do Centro Liberal” onde ele denunciava as desdouras do novo gabinete conservador, entre elas o recrutamento de liberais para combater no Paraguai e perseguição política e pedia que os liberais não participassem das eleições.

²⁶ WESTPHALEN, Cecília M. “Clericais e anti-clericalis no Paraná”. In: SOARES, Luis R. N. *Dicionário histórico-biográfico do estado do Paraná*. Curitiba: Chain/Banestado, p. 75.

²⁷ CALDEIRA, Jorge et alii, Op. Cit.

O vigor das denúncias levadas a cabo por Nabuco de Araújo, entretanto, não chegava a propor uma oposição sistemática ao governo, rogando apenas por reformas institucionais, a fim de evitar uma ruptura mais grave. Mais uma vez, o Partido Liberal assumia sua feição conciliatória, fazendo com que os “radicais” procurassem outras vias de ação, como os clubes e as academias literárias, nos quais os debates em torno do abolicionismo, e, inevitavelmente, do republicanismo foram açodados independentemente da posição oficial do partido. Mais tarde, as propostas dos liberais “radicais” acabaram se confundindo com as dos republicanos “históricos”: autonomia administrativa, fim do Poder Moderador, da Guarda Nacional e do Conselho de Estado, a revogação da escravidão (nesse ponto eles eram mais incisivos que os próprios republicanos) e a ampliação do voto a todos os cidadãos. Por fim, as “Conferências Radicais” levadas a efeito na Corte, em prol do republicanismo, descerraram as barreiras para o Manifesto de 3 de dezembro de 1870, que veremos mais adiante.

Durante o Império, as classes médias urbanas quase inexistiam e as possibilidades de ascensão social praticamente se restringiam ao quartel, à burocracia e à igreja, para os que não pertenciam às famílias abastadas. Já os filhos dos aristocratas rurais do café geralmente faziam seus primeiros estudos nos colégios jesuítas e adquiriam formação superior em direito, na maior parte da vezes em Coimbra, Recife ou São Paulo e quando esses decidiam-se pela vida militar, era para ingressar nas escolas de oficiais.²⁸

Esse “bacharelismo” propiciava à elite dirigente do País uma bagagem “livresca” romântica com enlevos nacionalistas; entretanto, a formação em ciências físicas e biológicas ficava relegada aos engenheiros e médicos militares. Nesse contexto é que o cientificismo e o positivismo vieram para superar o ecletismo proposto por Victor Cousin, até então a principal reflexão intelectual da elite dirigente nacional.

O avanço tecnológico europeu do início do século XIX, decorrente da primeira revolução industrial, fez com que o homem acreditasse em seu completo domínio da natureza e que todos os problemas da humanidade e as necessidades da inteligência humana seriam resolvidos por meio da investigação científica. O cientificismo surgiu nessa época como uma corrente de pensamento que apregoava o predomínio da ciência e do método empírico sobre os devaneios metafísicos da religião.

O romantismo, no meio literário brasileiro, já não satisfazia a *intelligentsia* nacional que deslocava seu foco de análise das trivialidades da aristocracia rural e da Corte para questões mais voltadas às classes

²⁸ No Rio Grande do Sul à época, o oficialato não pertencia obrigatoriamente à classe média, uma vez que existiam muitos oficiais oriundos das grandes famílias proprietárias de terra.

subalternas. Com a fixação da Corte no Rio de Janeiro, o eixo da vida intelectual nacional fixou-se nas cidades do centro-sul do País. O jornalismo urbano fomentou um novo debate em torno de idéias liberais, abolicionistas e republicanas influenciadas pelo pensamento europeu da época, principalmente o positivismo e o evolucionismo.

O movimento intelectual erigido por Isidore-Auguste-Marie-François-Xavier Comte (1798-1857) defendia que todo saber do mundo físico advinha de fenômenos “positivos” (reais) da experiência, e eles seriam os únicos objetivos de investigação do conhecimento.

A doutrina positivista inicial propunha um postulado ético leigo e mundano, muito parecido com outra corrente de pensamento do século XIX, o utilitarismo de John Stuart Mill e Jeremy Bentham, cujo mote buscar “a maior felicidade possível para o maior número possível de pessoas”, exprime bem a ideologia da época.

As raízes epistemológicas do positivismo atribuem-se o empirismo absoluto de David Hume, que concebia apenas a experiência como insumo do conhecimento e também a ilustração, ou iluminismo, que apregoava a razão como base do progresso da história humana. Destarte, o positivismo é filho de sua época, fruto direto da consolidação econômica da revolução industrial e da tomada do poder político pela burguesia, expressa nas Revoluções Inglesas do Século XVIII e na Revolução Francesa de 1789. Comte buscou a síntese de uma “física” social (a “sociologia”) que reformulasse o quadro social instável decorrente das novas relações de trabalho.

Entrementes, merecedora de destaque no Brasil é a atuação doutrinária positivista efetivada por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1833-1891), professor de matemática da Escola Militar e ferrenho defensor do princípio positivista da valorização do ensino para se alcançar o estado sociocrático, elaborando uma reforma de ensino de clara orientação positivista em 1890 quando ministro da instrução pública, correios e telégrafos. Contudo, se para Comte esse ensino deveria ser destinado às camadas pobres do continente europeu, no Brasil isso foi impossível devido ao baixíssimo nível de instrução do proletariado nacional e, assim, a transmissão dos ensinamentos positivistas acabou se restringindo aos poucos que estudavam nas escolas militares.²⁹

Essa atividade doutrinária bem no seio da massa pensante das forças armadas brasileiras foi fundamental para inculcar na cabeça da oficialidade o destino “histórico” de implantar um regime republicano que fosse fundamentado na razão e na ciência positivista.

As crises políticas nacionais, somadas à Guerra do Paraguai, agravavam a situação política do Império. Ao fim do conflito paraguaio, o governo

²⁹ HOLANDA, Sérgio B. “Da maçonaria ao positivismo.” In: idem (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, 5º vol., 1985, p. 302.

persistia em postergar a solução de problemas graves como a escravidão e a descentralização política. Não obstante, no segundo semestre de 1870, o Imperador indicou o conservador Marquês de São Vicente para a chefia do gabinete com o intuito de que esse realizasse tais reformas, uma vez que o Visconde de Itaboraá não as havia conseguido e não se podia mais usar a Guerra do Paraguai como desculpa.

Enquanto que o ano de 1870 assinalava internacionalmente a unificação da Itália e da Alemanha, o nascimento da Terceira República na França e a deflagração do conflito franco-prussiano, aqui a cisão do Partido Liberal levava seus setores “radicais” a fundar o Clube Republicano. E em 3 de dezembro desse mesmo ano, eles publicavam no jornal carioca “A República”, o “Manifesto Republicano”, cujo conteúdo era extremamente crítico (apesar de não ser extremista) e atacava todos os laivos do Império, como a escravidão, o regalismo, a elitização do ensino, etc.

Em abril de 1873, era realizado na cidade paulista de Itu a primeira convenção do Partido Republicano.

O setor decrépito segue o trono, o setor em ascensão busca a República. Na Convenção de Itu (18 de abril de 1873), dentre 133 convencionais, 78 são lavradores, para 55 de outras profissões (12 negociantes, 10 advogados, 8 médicos etc.). Ainda mais: muitos desses fazendeiros eram senhores de escravos, mas não apenas senhores de escravos, o que levou os republicanos, divididos entre liberais e moderados, a um acordo, que eludia o problema abolicionista, transferindo-o aos partidos monárquicos, que o deveriam resolver antes de instaurado o novo regime. Com isso conciliavam-se os fazendeiros aos abolicionistas, entregue aos primeiros a direção do partido. O abolicionismo seria exigência imediata dos círculos democráticos, igualitários, e não dos liberais e federalistas, realidades que não se confundem.³⁰

Entrementes, em termos políticos regionais, durante o período provincial (1853-1889), o Paraná seguiu os ditames nacionais da “ordem saquarema”, com o revezamento dos Partidos Liberal e Conservador no poder, mas os presidentes provinciais eram oriundos dos círculos íntimos do Imperador, o que causava desgaste desses com a aristocracia local.

A estratégia de atuação política dos republicanos “históricos” oscilava entre os que apoiavam a participação em eleições, essa ala era liderada por Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, ficando conhecida por “evolucionista”, pois acreditava na evolução natural do republicanismo e da decadência presumível da monarquia e entre os que rejeitavam os mecanismos eleitorais, essa ala era liderada por Silva Jardim, conhecida por “revolucionária”, pois defendia a derrubada da monarquia por vias de força.

³⁰ FAORO, Raymundo. Op. Cit., pp. 456-457. Sem grifos no original.

O Partido Republicano Paulista era o maior defensor do federalismo em razão das peculiaridades da província de São Paulo. Descontentes com a centralização política imperial, os cafeicultores paulistas visavam a uma maior autonomia regional, principalmente no intuito da retenção dos impostos que fluíam da província bandeirante para outras partes do Império.

A substituição do conservador João Alfredo pelo liberal Visconde de Ouro Preto para a chefia do Gabinete Imperial, em 1889, assinalou, no Paraná, a ascensão do liberal Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903), chefe supremo dessa facção política no Estado em razão de sua atuação política como deputado em várias legislaturas, como secretário de Estado e ministro e dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas no gabinete Francisco José Furtado entre 1864 e 1865. Jesuíno Marcondes, ao lado do Conselheiro Manuel Alves Araújo (1836-1910), ex-ministro também da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no gabinete Martinho Silva Campos em 1882, compunham as principais oligarquias envolvidas com a atividade pecuária no Paraná, a dos “barões do Tibagi” (Jesuíno era filho do primeiro barão, José Caetano de Oliveira) e a dos “barões dos Campos Gerais” (Manuel era genro do primeiro barão, David dos Santos Pacheco). Nesse ponto, a articulação política dos liberais paranaenses com seus correligionários gaúchos é inequívoca e, guardadas as devidas particularidades regionais, irá recrudescer durante a Revolução Federalista.

No final do Império, o domínio da política gaúcha encontrava-se nas mãos dos liberais. Esta agremiação representava, sobretudo, os pecuaristas da Campanha, economicamente dominantes na Província. Enquanto na maior parte do Brasil as instituições e grupos políticos monárquicos afundavam-se lentamente, os liberais gaúchos mantinham-se coesos e organizados “como um regimento de Frederico, o Grande”, sob a liderança autocrática de Silveira Martins. Em 1889, justamente quando estes começam a adquirir projeção nacional, na esteira do vácuo político que começa a se criar, a República é proclamada. Silveira Martins encontrava-se a caminho do Rio de Janeiro para assumir sua vaga no Senado Imperial no dia 15 de novembro...³¹

Já o Partido Conservador era capitaneado, em terras paranaenses, pelo Visconde de Nacar (Manuel Antonio Guimarães, 1813-1893), um dos maiores comerciantes exportadores de erva-mate no Paraná no século XIX e proprietário da maior firma de importação de Paranaguá no período e pelo Conselheiro Manuel Francisco Correia (1831-1905), irmão do barão do Cerro Azul, ex-presidente da província de Pernambuco em 1862, ex-ministro dos negócios

³¹ VIZENTINI, Paulo G. F. “Divididos pelo Rio Grande, unidos contra ele”. In: GONZAGA, Sergius, FISHER, Luís A. & BISSÓN, Carlos A. (orgs.). *Nós, os gaúchos/2*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, pp. 155-156.

estrangeiros no gabinete Rio Branco, em 1871. Eles compunham as principais oligarquias envolvidas com a produção e comercialização da erva-mate.

Cecília Maria Westphalen atenta para o fato de que, no Paraná, entre os liberais predominava a aristocracia fundiária e entre os conservadores predominava a aristocracia comercial.³² Mas a diferença era apenas nominal, pois tais facções apenas representavam discrepâncias de parcelas dominantes e alguns mais oportunistas como Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907), ex-liberal, acabou se intitulando “republicano” em 1881 diante das crises políticas do Império.

O republicanismo paranaense não é filho nem da cisão do Partido Liberal em 1870, nem tampouco da Convenção de Itu em 1873. O tímido movimento republicano paranaense foi iniciativa de alguns jovens membros, filhos das aristocracias locais que, ao retornar das faculdades de direito (principalmente de São Paulo), traziam idéias novas de republicanismo e abolicionismo. Nesse rol, atestamos jovens liberais e conservadores que abraçavam a causa e os primeiros clubes republicanos surgiram em Curitiba e Paranaguá apenas em meados da década de oitenta do século XIX.

Já os primeiros periódicos de tendências republicanas no Paraná são um pouco mais antigos que os clubes: “Imprensa Livre”, fundado em Curitiba por Sérgio de Castro em 1865; “O Povo”, fundado em Morretes por Rocha Pombo em 1879; “Livre Paraná”, fundado em Paranaguá por Fernando Simas em 1883; e o mais engajado de todos, “A República”, fundado em Curitiba por Eduardo Mendes Gonçalves em 1886 e que se arvorava em “órgão do Partido Republicano Paranaense”.

Em suma, podemos inferir que o projeto republicano no Brasil se alimentou de várias influências: o abolicionismo dos “radicais” do Partido Liberal, o trâmite político dos republicanos “históricos”, o federalismo e o liberalismo econômico dos cafeicultores paulistas e, por fim, o autoritarismo positivista de alguns oficiais (os “bacharéis fardados”) do Exército, que, junto a outros setores militares mais tradicionais (os “tarimbeiros”), acabaram tomando para si a missão de desfraldar o novo regime.

No ano do centenário da queda do *Ancien Régime*, os franceses construíam no Campo de Marte de Paris, por ocasião da Exposição Internacional, a torre Eiffel, projeto ousado de arquitetura metálica que mostrava, para o mundo, o arrojo da civilização burguesa ocidental. Por mera coincidência, a República era instaurada em nosso país cem anos após a Revolução Francesa. E esse fato não passou despercebido aqui,

A crença de que é possível mudar o homem e a sociedade, mudar as estruturas que garantiam por nascimento a desigualdade entre os homens, configura a

³² WESTPHALEN, Cecília M et alii. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969, pp. 148-149.

atualidade da Revolução Francesa como ideal simbólico e ela foi pródiga em construir símbolos nacionais capazes de garantir coesão social em substituição à antiga tradição monárquica e aristocrática. Bandeira, hino, datas comemorativas, cerimônias, procissões, marchas, festas para a deusa da razão e heróis objetivavam garantir a obediência, a lealdade e a cooperação dos súditos, ainda mais quando estes tinham-se tornado cidadãos.³³

Conclusão

À guisa de conclusão, com o intuito de tentar “colocar em destaque as categorias de duração e sucessão”³⁴ é que remetemos nossa narrativa dos prenúncios da implantação do regime republicano no Brasil à derrocada da estrutura do Império, seguindo as diretrizes propostas por Ilmar Rohloff de Mattos expostas na epígrafe desse texto, buscamos identificar nesse período os elementos que subsidiem a explicação da eclosão do movimento de 15 de novembro de 1889, quando muitos presidentes das províncias imperiais receberam pelo telégrafo a notícia do golpe republicano e da destituição do gabinete imperial pelo “povo, o Exército e a Armada Nacional”.³⁵ A abulia do velho regime (e do próprio monarca) era tanta que quase nenhum setor social aventou a possibilidade de uma resistência armada, à exceção da “Guarda Negra” e de alguns baianos que tentaram esboçar reação. A defesa pelo Império foi logo refreada frente aos próprios fatos.

Referências Bibliográficas

BALHANA, Altiva P. “Imigração no Paraná”. In: SOARES, Luis R. N. *Dicionário histórico-biográfico do estado do Paraná*. Curitiba: Chain/Banestado, 1991, pp. 207-208.

CALDEIRA, Jorge et alii. *CD-ROM Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CARVALHO, José M. *A construção da ordem; a elite política imperial & Teatro de sombras; a política imperial* (edição reunida). Rio de Janeiro: UFRJ e Relume Dumará, 1996.

_____. “Entre a liberdade dos antigos e a dos modernos: a república no Brasil”. In: *Pontos e bordados; escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

³³ OLIVEIRA, Lúcia L. “As festas que a república manda guardar.” In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n.º 4, 1989, p. 173.

³⁴ MATTOS, Ilmar R. Op. Cit., idem.

³⁵ CASALECCHI, José E. *A proclamação da República*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- CASALECCHI, José E. *A proclamação da república*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASTRO, Celso. *A proclamação da república*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- DIAS, Maria Odila. “A interiorização da metrópole”. In: MOTTA, Carlos G. M. (org.) *1822 – Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP-FDE, 1996.
- FRAGOSO, João L. “Economia brasileira no século XIX: mais do que uma *plantation* escravista-exportadora.” In: LINHARES, Maria Y. (org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, pp. 131-176.
- HOLANDA, Sérgio B. “Da maçonaria ao positivismo.” In: idem (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, 5º vol., 1985, pp. 289-305.
- MATTOS, Ilmar R. “Do império à república.” In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n.º 4, 1989, pp. 163-171.
- MENDES JR., Antonio et alli. *CD-ROM Brasil História*. São Paulo: Digitalmídia, 1995.
- NEVES, Lúcia M. & MACHADO, Humberto F. *O Império do Brasil*. RJ: Nova Fronteira, 1999.
- OLIVEIRA, Cecília H. S. *A independência e a construção do império*. São Paulo: Atual, 1995.
- OLIVEIRA, Lúcia L. “As festas que a república manda guardar.” In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, vol. 2, n.º 4, 1989, pp. 172-189.
- OLIVEIRA, Ricardo C. *O silêncio dos vencedores; genealogia, classe dominante e estado no Paraná*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- PETRONE, Teresa S. “Imigração assalariada.” In: HOLANDA, Sérgio B. (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, 3º vol., 1985, p. 274-296.
- PESAVENTO, Sandra. *O Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.
- PICCOLO, Helga I. L. *Vida política do século 19; da descolonização ao movimento republicano*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- RIBEIRO JR., João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SCHULZ, John. "O Exército e o Império." In: HOLANDA, Sérgio B. (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, 4º vol., 1985, p. 254.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

VERNALHA, Milton M. *Maragatos x Pica-Paus*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1984.

VIZENTINI, Paulo G. F. "Divididos pelo Rio Grande, unidos contra ele". In: GONZAGA, Sergius, FISHER, Luís A. & BISSÓN, Carlos A. (orgs.). *Nós, os gaúchos/2*. Porto Alegre: UFRGS, 1998, pp. 155-156.

WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba, Vicentina: 1988.

WESTPHALEN, Cecília M et alii. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

_____. "Clericais e anti-clericais no Paraná". In: SOARES, Luis R. N. *Dicionário histórico-biográfico do estado do Paraná*. Curitiba: Chain/Banestado, 1991, p. 72-75

_____. *Comércio exterior do Brasil meridional*. Curitiba: CD, 1999.